

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

No limite de Clio: a dimensão ficcional na escrita da história

Fernando Gil Portela Vieira*

Resumo: A atual influência do pós-modernismo permitiu à historiografia rever suas relações com outros saberes. Em consequência, a tradicional separação entre a história, dedicada à investigação do “real”, e a literatura, escrita imaginativa por excelência, é descartada por muitos. Há mesmo os que duvidam da capacidade de a história alcançar algum conhecimento objetivo da realidade. A proposta deste texto é desenvolver esta discussão, mostrando que o discurso histórico – indireto, parcial e imaginativo – é ficcional, ou seja, construído (não inventado) pelo historiador a partir do documento, recorrendo à conjectura, à suposição e à imaginação. Uma disciplina, enfim, que tem mais em comum com a literatura do que com as ciências exatas e biológicas, embora muitos ainda creiam no ideal da história-ciência.

Palavras-chave: Ficção – História – Literatura.

Abstract: The current influence of the postmodernism allowed the historiography to check its relations to other subjects. That is why, many people don't believe in the traditional separation between history, which must study the real past, and literature, a writing based on the imagination, anymore. Including, others doubt that history is able to achieve a solid knowledge of the reality. This text intends to develop that argument and prove the historic speech is indirect, biased and imaginative. In other words, it is a fiction, because the historian builds his/her study based on clues, supposition and imagination, without making it up: he/she is obliged to consider the document. In short, history is closer to the literature than the biological sciences, unlike several people who still believe in history as a science.

Keywords: Fiction – History – Literature.

A atual variedade de temas de pesquisa e opções teóricas no campo da história se deve em boa parte à influência do “paradigma pós-moderno”, que questiona a cientificidade dominante na historiografia até poucas décadas atrás (CARDOSO, 1997: 4). Na ótica dos historiadores afeitos ao “paradigma iluminista”, a história “pós-moderna” implica nos riscos do relativismo, do niilismo e da irrelevância dos temas (O'BRIEN, in HUNT, 2001: 35). Por isso mesmo, há os que vaticinam a morte – prematura, por certo – do pós-modernismo e dos seus “males”, a saber, o descrédito na ciência, o relativismo, o “eu” fragmentado e a morte do sujeito (CARDOSO, 1997: 4).

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profª Anita W. Novinsky. Este texto é uma versão resumida de parte do capítulo 1 da Dissertação de Mestrado *O Santo Ofício da Inquisição na colônia e nas letras: as apropriações da cristã-nova Branca Dias na literatura*, defendida em jan. 2007 no PPGH da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa, orientada pelo Prof. Ronaldo Vainfas, contou com apoio financeiro da CAPES e da FAPERJ.

Conceitos são construções. Neste sentido, é arriscado utilizar o termo “pós-moderno” para designar a instabilidade teórica vivida pela história hoje, até porque não há concordância quanto aos significados do conceito entre os próprios historiadores. Peter Burke, por exemplo, vê na “mentalidade pós-moderna” “uma reação não somente contra a objetividade ou o mito da objetividade, mas também contra o determinismo social, quer marxista ou não (BURKE, in PALLARES-BURKE, 2000: 199)”. Já para Natalie Davis, se ser pós-moderno é recusar generalizações e tratar a cultura como condicionante das ações humanas, a categoria é dispensável: de certa forma, tudo, segundo a autora, é gerado culturalmente (DAVIS, in PALLARES-BURKE, 2000: 103-104).

Todavia, uma vez empregado o conceito, um ponto-chave do pós-modernismo é a diluição dos limites dos campos do conhecimento (ALCALÁ, in: NOVINSKY; KUPERMAN, 1996: 604). Na historiografia pós-moderna, esta fluidez das fronteiras implica em maior liberdade de ação do saber, traduzida na valorização da alteridade, apego a micronarrativa, ênfase no imaginário, nas representações e manifestações subjetivas e, aspecto que destaco, a *redefinição da interdisciplinaridade* (REIS, 2005: 60-61).

É fato que a atual produção historiográfica passa em grande parte por diálogos interdisciplinares. Uma destas relações é particularmente polêmica: o diálogo entre história e literatura. Esta relação não é nova, mas foi intensificada com a publicação de trabalhos específicos sobre o tema, inseridos no questionamento dos limites dos campos do saber. O debate, que abriu caminho para uma interlocução mais sistemática entre as duas áreas, via de regra esbarra nas fronteiras, aparentemente intransponíveis, estabelecidas entre os dois campos – uma, considerada a escrita da verdade; a outra, da fantasia.

Em *Teoria da Literatura*, Terry Eagleton afirma que a escrita literária não é definida pelo caráter inverídico de seu conteúdo, mas por ser um discurso não-pragmático, sem o objetivo de produzir ou aplicar conhecimento, ao contrário dos trabalhos científicos (EAGLETON, 1994: 1). Todavia, ao arrogar para si a condição de ciência, a história se distancia – com lógica, se baseada nesta premissa – da literatura. Ideal de história-ciência que não desapareceu na atualidade. Ainda há quem diga que o historiador, perante a fonte, trabalha de modo similar ao do biólogo ante o DNA. O compromisso com a reconstituição do real determinaria a (pretensamente) definitiva separação entre o “fato” e a “ficção”.

Nenhum campo do saber, científico ou não, é livre de regras ou de limites; porém, é plausível reconhecer que a literatura é uma área menos – embora não totalmente; basta lembrar dos estilos, das rimas e métricas – presa a tabus, com maior liberdade para trabalhar a imaginação, fatores que influenciam a linguagem utilizada. A escrita literária está, em

princípio, livre das amarras disciplinares e institucionais e, mais importante, liberada para a ação do ingrediente imaginativo, o que torna possível representar o mundo de forma mais solta. Contudo, tais atributos engendraram, mais do que a separação, a desqualificação da literatura como forma de conhecer, ainda que indiretamente, o passado. Em outras palavras: enquanto a história não admite outro discurso sobre o passado, a literatura afasta qualquer pretensão de ser uma voz autorizada sobre o pretérito, se limitando, no máximo, a “ficcionalizar” a narrativa histórica (MENDONÇA; ALVES: 5)¹.

Contudo, se em nossos dias noções caras à história-ciência como prova, realidade e fato, são questionadas, em detrimento do valor dado à linguagem como fator determinante da escrita da história, a aceitação de novos supostos teóricos por parte do historiador o aproximará do terreno literário. Para fundamentar esta aproximação é possível recorrer justamente à muralha erguida para separar os dois saberes que, vista de outro ângulo, se torna um fator comum aos dois discursos: a ficção. Não obstante, será preciso destituir o conceito de ficção do significado que chegou ao senso comum: “mentira”, “inverdade”, “imaginação”.

Carlo Ginzburg, no livro *Relações de força*, observa que a palavra latina *fictio* é etimologicamente aparentada com *figulus* (oleiro). A imagem do oleiro é clara: alguém que dá forma, das mais variadas, ao objeto a partir de uma matéria-prima. Ginzburg também cita Santo Agostinho, para quem a ficção na escrita é uma construção que pode ser tanto mentirosa quanto uma figuração da verdade, e Isidoro de Sevilha, segundo o qual a ficção seria o verossímil, não o falso (GINZBURG, 2001: 55-57).

Abstraindo, portanto, da idéia corrente de que o conceito de ficção implica, no limite, a recusa da realidade, de que modo se pode atribuir ficcionalidade à disciplina histórica? A partir do *insight* agostiniano: a ficção como uma construção que serve a propósitos verdadeiros e mentirosos. Um trabalho de história é todo construção: documentos selecionados e recortados, hipóteses elaboradas a partir das fontes e da escolha metodológica e o desenvolvimento mesmo da pesquisa. Segundo Lloyd Kramer, a “dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos de acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido, mas, sim, que qualquer tentativa de *descrever* os acontecimentos (...) deve levar em conta diferentes formas de imaginação (KRAMER, in HUNT, 2001: 136-137)²”. Imaginação que os historiadores utilizam para suprir as lacunas documentais.

Por outro lado, há de se notar que a linguagem utilizada pelo historiador é, no aspecto formal, a mesma dos literatos; uma mesma afirmação pode ser encontrada tanto numa

¹ A paginação é a do texto disponível na versão eletrônica.

² Grifo original.

tese universitária como num romance. O foro de verdade do texto histórico fica, pois, subordinado ao modo como é empregada a linguagem: se controlada pela fonte, ou não (REIS, 2005: 151). À medida que a pesquisa se desenvolve e o historiador elabora progressivamente suas conclusões a respeito do objeto estudado, a passagem para o papel de sua tese também não está livre do uso de imagens e significados para apresentar ao leitor o que considera real. Poucos demonstraram este processo tão claramente como Hayden White, filósofo da história que escandaliza tanto historiadores, por afirmar que seus trabalhos contêm ficção – ou melhor, *são* ficções –, como literatos, ao advogar que seus textos comportam esferas do real (SILVA, 2003: 6). Posição que só é possível porque a ficção não é vista como profissão de fé de uma área ou heresia imperdoável de outra. Em outras palavras, a ficção não exclui a documentação nem por esta é excluída, mas é parte da construção do real na escrita da história.

A recusa da ficcionalidade por parte de muitos historiadores leva-os a posturas curiosas. White descreve a “balança” em que os discípulos de Clio se posicionam perante as críticas vindas tanto das “ciências duras” como dos literatos:

“Porém, quando os literatos lhe criticam [ao historiador] a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador volta à concepção de que a história é (...) uma semiciência, de que os dados históricos não se prestam à “livre” manipulação artística e de que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica (WHITE, 2001: 39)³”.

Nesta posição, está clara a opção dos historiadores em se afirmar como pertencentes ao mundo das ciências. Cômicos da impossibilidade de dotar o conhecimento histórico da rigidez das disciplinas exatas e biológicas – Jacques Le Goff reconhece que não há em história possibilidade de aplicar leis comparáveis àquelas das ciências da natureza –, chegam a posturas risíveis, como chamar a história de “semiciência”. Ainda assim, a história ainda se permite, em parte, ser regulada por leis, como os estágios de evolução dos sistemas econômicos, leis que *consume* e não produz (LE GOFF, in EINAUDI, 1997: 176). White observa que não houve nos estudos históricos uma “revolução copernicana” que fixasse um método uniforme: o prestígio das ciências naturais é que ditaria os métodos da história.

Claro que o distanciamento da história em relação à literatura trouxe vantagens para Clio, como a autonomia da disciplina, sua legitimidade dentre os saberes e o reconhecimento das reivindicações da corporação historiadora. Some-se a isso a definição da

³ Idem.

necessidade de buscar vestígios materiais do passado, o que não é uma condição fundamental da literatura. Porém, levada ao extremo, a separação entre as duas áreas privou aos literatos a legitimidade de tecerem discursos sobre a realidade e impediu os historiadores de experimentar a imaginação e a criação, além de engessar a noção do real. No entanto, a história pode redefinir os limites da evidência e diversificar sua escrita, se assumindo como um saber ficcional, vale dizer, construído (KRAMER, in HUNT, 2001: 159; 161).

Evidentemente, estas palavras podem soar heréticas e causar indignação a muitos. Talvez White tenha sido o autor que mais provou desta verve indignada. Ginzburg, por exemplo, sustenta que “encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores (GINZBURG, 2002: 61)”. Natalie Davis, embora reconheça a importância de White por destacar as formas literárias que afetam a escrita da história, afirma que o norte-americano tem uma visão limitadora da história, pois não reconheceria os esforços feitos pelos historiadores em prol da evidência (DAVIS, in PALLARES-BURKE, 2000: 107). O argumento mais poderoso contra White respeita à suposta renúncia que o autor faria da possibilidade da história atingir um conhecimento objetivo da realidade. Crítica que o filósofo da história refuta do seguinte modo:

“Nunca neguei que fosse possível o conhecimento da história, da cultura e da sociedade; neguei apenas que fosse possível um conhecimento científico, do tipo alcançado no estudo da natureza física. Mas tentei mostrar que, mesmo que não possamos alcançar um conhecimento propriamente científico da natureza humana, somos capazes de chegar a um outro tipo de conhecimento sobre ela, o tipo de conhecimento que a literatura e a arte em geral nos fornecem em exemplos facilmente reconhecíveis (WHITE, 2001: 37-38)”.

A título de exemplo da aproximação entre os discursos histórico e literário, atente-se ao fato de que, se um romance deve ser inteligível para o leitor, um trabalho de história também deve atender a um público, em princípio, restrito, mas que não é totalmente constituído de especialistas no tema de estudo. Daí o valor tributado à narração e ao encadeamento lógico do texto, que remete ao grau de ficcionalidade da escrita da história. A seguinte afirmação de Ronaldo Vainfas sobre a micro-história ilustra tal argumento: “Há (...) uma condição *sine qua non* para os historiadores se aventurarem na micro-história (...) [É a] condição de saber escrever bem, dominar (...) a técnica narrativa capaz de estabelecer a relação dialogal entre o historiador e o leitor (VAINFAS, 2002: 131)⁴”. Portanto, uma pesquisa bem escrita – ou seja, relatada de modo claro e agradável para o leitor – cumpre um papel semelhante ao que o romancista tem com seu público. Sandra Pesavento, com base em

⁴ Idem.

Paul Veyne, chama a história de “romance verídico”, ou seja, uma ficção subordinada aos vestígios oriundos do passado (PESAVENTO, 2000: 40).

As resistências à relação entre história e literatura parecem dotar a interdisciplinaridade, uma das bandeiras da tradição dos *Annales*, de um aspecto sombrio, ameaçador mesmo para a história, talvez um bode expiatório das transformações trazidas pelo “paradigma pós-moderno”. Evidentemente, quem se dedica a este diálogo corre risco, pois em algum momento poderá ir de encontro à *ortodoxia* disciplinar. As reações ao diálogo histórico-literário correspondem talvez mais ao temor, razoável, embora infundado, de que esta relação conduza à diluição dos saberes.

Este medo é bem exposto por Ginzburg que, numa entrevista concedida em 1998, afirmava que não aconselharia mais os jovens historiadores – ao contrário do que havia feito anos antes – a lerem romances, para que desenvolvessem a capacidade de conjecturar sobre os seres humanos. O historiador italiano dizia temer os que “alimentam a moda atual de se borrar a distinção entre história e ficção”, preferindo um conselho mais prudente: “leiam romances, mas saibam que história e ficção são gêneros distintos que apresentam desafios um ao outro” (GINZBURG, in PALLARES-BURKE, 2000: 297). No entanto, em obra escrita anos antes, Ginzburg citava Balzac que, em 1842, escrevia a favor da presença nos romances do cotidiano e da vida privada, temas então negligenciados pela história. O autor italiano dizia:

“Foi necessário um século para que os historiadores começassem a aceitar o desafio lançado pelos grandes romancistas de Oitocentos (...) enfrentando campos de investigação anteriormente desprezados, com o auxílio de modelos explicativos mais subtis e complexos do que os modelos tradicionais (GINZBURG, 1991: 193-194)”.

José Carlos Reis cita observação de Nietzsche, para quem a história deveria deixar de ser científica, porque deste modo deprecia a diferença e despreza os instintos vitais. A vida seria representada melhor com arte, ousadia e imaginação (REIS, 2005: 43-44). É pertinente a observação de José Saramago, que interpreta a atual profusão de “romancistas da História” como resultado de uma insatisfação tão profunda com a disciplina, que esta teve de se abrir para a imaginação (MENDONÇA; ALVES: 9). Esta atitude não deslegitima o conhecimento histórico, mas é um reconhecimento de sua impossibilidade de reconstituir fiel e integralmente as sociedades e eventos estudados. Obrigado, pois, a se reconhecer como um saber ficcional: recortado, construído e imaginativo.

O discurso histórico, a meu ver, é condicionado por três pontos principais: o uso obrigatório de vestígios do passado (fontes escritas, arqueológicas, orais); as regras disciplinares e institucionais (que engendram a legitimidade do discurso); e a ficcionalidade,

que inclui a elaboração do argumento, as notas de referência, a manipulação das fontes com vistas à apresentação de um trabalho coerente, a imaginação e as estratégias literárias. Tais fatores, se particularizam a narrativa historiográfica, também apontam para sua proximidade com o gênero literário, revelando que o historiador muitas vezes age no limite de Clio.

Referências Bibliográficas:

- ALCALÁ, Angel. *Los límites de la Novela Histórica: El Conflicto entre Historia y Literatura en Cuatro Novelas sobre la Expulsión y el Descubrimiento*. In: NOVINSKY, Anita; KUPERMAN, Diane (orgs.). **Ibéria judaica**: roteiros da memória. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1996. Pp. 601-624.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. In: **Topoi**. Nº 1. Rio de Janeiro: 7 letras, setembro 2000. Pp. 197-216.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis*. In: _____; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1991. Pp. 179-202.
- _____. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. *Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a História e a Literatura*. In: **Revista Cantareira**. V. 4, _____ Disponível em: <www.historia.uff.br/cantareira/edicoesant/cantareiraquatro/index.html>. Acesso em: 13 out. 2004.
- REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PESAVENTO, Sandra. *Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura*. In: **Revista de História das Idéias**. Vol. 21. Rio de Janeiro, 2000. Pp. 33-57.
- SILVA, Vitor Henrique Marques. **A poética da impostura**: a história como ficção em Hayden White. Uma crítica à vontade de ficção científica. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Monografia (Graduação em História), 2003.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- WHITE, Hayden. *Teoria Literária e escrita da História*. In: **Estudos Históricos**. Vol. 7, nº 13. Rio de Janeiro, 1994. Pp. 21-48.
- _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.